

O QUE É UM LIVRO?

O que é um livro? Muitíssimas coisas já foram faladas sobre o assunto nos séculos xx e xxi – por exemplo, por Lucien Febvre, Michel Foucault, Robert Darnton, Donald McKenzie, Maria Córti, Elizabeth Eisenstein, Peter Burke, Jean Hébrard, Roger Chartier, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Karlheinz Stierle, Reinhart Koselleck, Frédéric Barbier, e, aqui no Brasil, Carlos Rizzini etc. Começo com o óbvio: o livro não é um objeto natural, mas artificial, material e simbólico. Como objeto artificial, é mercadoria, produto acabado de vários processos intelectuais, técnicos e industriais; como objeto simbólico, é texto, que pressupõe uma autoria, que o aca-

bou como obra, e leitores, que nunca acabam. Definitivamente acabado sob uma assinatura de autor, continua indefinidamente inacabável nas leituras que, na sociedade contemporânea, ainda pressupõem e reproduzem as normas dos regimes discursivos estabelecidos desde o Iluminismo, no século XVIII – ficção, ciência, religião, filosofia, história, direito etc. –, cada um deles com pressupostos epistemológicos, teóricos, críticos, doutrinários e procedimentos técnicos de escrita e leitura específicos.

Com isso, podemos falar do livro como objeto material, tratando por exemplo dos processos técnicos, industriais e editoriais da sua produção e publicação. Como mercadoria, está sujeito a uma legislação que regula as trocas econômicas e simbólicas, que também têm uma história. Como objeto e mercadoria ou valor de troca, também pressupõe vários processos de distribuição, divulgação, comunicação, controle, valoração, apropriação e uso. Como objeto simbólico, é um texto que tem uma estrutura ou uma forma feita segundo vários critérios; uma função ou

uma relação determinada de transformação que estabelece com a cultura contemporânea dele ou anterior a ele; uma comunicação como relação retórica estabelecida entre o autor, como forma de sensibilidade simbólica, com o destinatário textual, e como relação do texto com o leitor empírico; e um valor, como valor de uso, no interior de um campo simbólico da cultura, por exemplo a ficção literária, a filosofia, a ciência – em que é texto objeto de uma hierarquização que o faz fundamental, importante, canônico, clássico, como se diz, ou apenas secundário, de divulgação, desimportante, banal e descartável.

Borges diz que o homem inventou instrumentos como extensão do corpo – a espada e o arado como extensão do braço, o microscópio e o telescópio como extensão do olho, o telefone como extensão da voz e o livro como extensão da memória e da imaginação. A escrita é poder, vocês sabem, e também poder como memória artificial, guardada em um arquivo ou em uma biblioteca, poder de armazenar capital simbólico para o futuro, resistindo ao tempo que passa e superando

a oralidade do presente, em que a informação se esgota no ato da fala e da audição. Sabemos que a memória nunca é lembrança total, pois só é memória porque esquece, ou seja, é memória porque é seleção do que culturalmente se julga significativo e lembrável, condicionada por vários fatores – entre eles, por exemplo, os religiosos e políticos. Pensemos, por exemplo, no que aconteceu com o gigantesco *corpus* de textos latinos e gregos quando o Império Romano adotou o cristianismo como religião oficial de Estado, e autoridades cristãs passaram a decidir o que podia ser mantido do mundo pagão e determinaram os modos da manutenção. Datam daí, por exemplo, as muitas eliminações de referências que antes tinham sido fundamentais no mundo greco-romano, mas que se tornaram paganismo, idolatria, superstição, perseguidos pela nova fé. Lembro, por exemplo, as várias versões do Ovídio moralizado, censurado e expurgado do que os cristãos julgaram imoral, que foram publicadas até o século XVI. A memória também é condicionada por fatores econômicos e pelo

gosto – o que aconteceu com muitíssimos textos manuscritos, quando a manuscritura, que tinha durado mais de mil anos durante a chamada Idade Média, foi substituída a partir do século xv pelas edições impressas, subordinadas cada vez mais a interesses mercantis de editores e livreiros e à flutuação do gosto da demanda dos leitores? Não lhes parece estranho que alguns livros durem mais de 3 mil anos, como a *Ilíada* e a *Odisseia* duram até hoje? E que outros desapareçam e sejam totalmente esquecidos? Por que isso acontece? Provavelmente porque os conceitos de verdade e verossimilhança, de bem e mal e de valor artístico são históricos, quero dizer, particulares e mortais. E a imaginação de que fala Borges? Como a imaginação opera? Obviamente, ela transforma matérias sociais. Com que critérios ela as transforma? Por exemplo, no início do século xix, quando se inventou um novo objeto, “a criança”, os irmãos Grimm inventaram um novo gênero literário, a literatura infantil, recolhendo contos populares contados por camponeses alemães e franceses e adaptando-os à moralidade burguesa para a boa educação das crianças alemãs.

Outro autor que vale citar é do século XVII, Antônio Vieira, que pergunta:

Que tem que ver o livro com o Sacramento? Agora o vereis. O livro é a mais perfeita imagem de seu autor, tão perfeita que não se distingue dele, nem tem outro nome; o livro, visto por fora, não mostra nada; por dentro está cheio de mistérios; o livro, se se imprimem muitos volumes, tanto tem um, como todos, e não têm mais todos que um. Quem há que não reconheça em todas estas propriedades o Santíssimo Sacramento do Altar? Livro é, e livro com grande propriedade: *Comede volumen istud*. Comei esse volume.

Vieira faz uma interpretação teológica propondo o livro como metáfora da hóstia. Mas me parece mais interessante o que ele diz depois: ele diz que o livro está juntamente em Roma, na Índia, e em Lisboa, e é o mesmo; e, sendo o mesmo para todos, uns percebem dele muito, outros pouco, outros nada, cada um conforme a sua capacidade. Assim, ele diz, o livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive, e, não tendo ação em si

mesmo, move os ânimos, e causa grandes efeitos. Aqui, Vieira diz no século XVII o que disseram no século XX os alemães teóricos da recepção e da leitura, como Jauss, Robert Weimann e Iser: um livro não tem ação em si mesmo, mas causa grandes efeitos porque é lido, sendo por isso mesmo o somatório sempre inacabado de suas leituras. Jauss lembrou, no caso, que uma peça de teatro que Goethe escreveu no final do século XVIII, *Ifigênia*, teve inicialmente uma interpretação iluminista, depois romântica, e, no século XX, mais duas, uma marxista e outra nazista.

Falei de regimes discursivos que classificam os livros. Há uma hierarquia deles, totalmente explícita e algumas vezes tácita, implícita. Por exemplo, entre nós, hoje, um livro didático escrito para a escola secundária é considerado só um instrumento em frente a um livro de ficção ou de ciência ou filosofia. O de ficção não é útil e, quando faz parte do cânone literário, como um romance de Machado de Assis, é considerado superior ao texto instrumental do livro didático, admitindo muitas interpretações. Já o livro de